

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM TURISMO NO BRASIL (2003-2016)

Carolina Todesco, Rodrigo Cardoso da Silva

Carolina Todesco - Bacharel em Turismo, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela USP. Docente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (carolrtodesco@gmail.com) Rodrigo Cardoso da Silva - Bacharel e Mestre em Turismo pela UFRN e Doutorando em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN. Professor substituto do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (drigorcs@hotmail.com)

O Ministério do Turismo, criado em 2003, completou 14 anos de atuação, como o principal órgão oficial de turismo do Brasil, tendo nesse período produzido três planos nacionais de turismo e executado R\$ 17,7 bilhões. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo efetuar uma análise da relação entre planejamento e execução orçamentária realizada pelo Ministério do Turismo. Para isso, foram analisados os macroprogramas e programas estabelecidos pelos Planos Nacionais de Turismo, como também a dotação e execução orçamentária do MTur, tendo como base os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Orçamento Anual (LOA) e os Relatórios de Execução do Orçamento da União de 2003 a 2016. Os dados obtidos permitem: visualizar a distribuição dos investimentos, revelando as áreas que concentram os recursos e as que são desfavorecidas no rateio do orçamento; verificar se os programas dos Planos Nacionais do Turismo estão assegurados nos Planos Plurianuais; além de permitir observar a posição que o MTur ocupa na agenda dos diferentes mandatos governamentais. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o Ministério do Turismo teve seu período áureo no segundo mandato do governo Lula, com investimentos concentrados em infraestrutura e promoção turística, e iniciou seu declínio a partir de 2011, mesmo o país estando prestes a sediar grandes eventos com repercussão no setor, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). No auge da crise política e econômica, em 2015 e 2016, o MTur não é extinto da estrutura governamental, mas vê seu orçamento se reduzir drasticamente, um montante suficiente apenas para manter a máquina (as despesas com auxílios e previdência de servidores chega a corresponder a 58% dos gastos), e áreas do Plano Nacional de Turismo ficam completamente descobertas.

Palavras-chave: Planos Nacionais de Turismo; Orçamento Público; Gestão Pública do Turismo; Ministério do Turismo.

Referências: Almeida, Haley M. de S. (2009). A unidade de gestão estratégica e a execução do planejamento. In: Repetto, Fabián, et. al (Orgs.), Reflexões para a Ibero-América Planejamento Estratégico (p. 71-78). Brasília, DF: ENAP. Câmara dos Deputados & Consultoria de Orçamento e Fiscalização (2016). Entendendo o Orçamento Público. Brasília, DF. Recuperado em 25 de maio, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/entenda/cartilha/cartilha.pdf> Câmara dos Deputados. Lei de Orçamento Anual. Recuperado em 30 de janeiro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias>. Câmara dos Deputados. Plano Plurianual. Recuperado em 30 de janeiro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/fiscalize>. Câmara dos Deputados. Relatório de Execução do Orçamento da União. Recuperado em 30 de janeiro, 2017, de <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/fiscalize>. Cruz, Rita de Cássia Ariza (2001). Política de turismo e território. São Paulo, SP: Contexto. Ministério do Turismo (2003). Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Brasília, DF: MTur. Ministério do Turismo (2007). Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Brasília, DF: MTur. Ministério do Turismo (2013). Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Brasília, DF: MTur. Tribunal de Contas da União (2005). Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República - exercício de 2004. Brasília, DF: TCU.